

**ATA DA 266^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO
AMAZONAS REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2026**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 7 dias do mês de maio de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h00min, foi conduzida a reunião virtual, via plataforma zoom, do Conselho Fiscal da Instituição Amazonprev, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, em regime ORDINÁRIO. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho Fiscal participaram da 266^a (ducentésima sexagésima sexta) reunião ordinária, atendendo à convocação realizada por meio da Pauta enviada por correio eletrônico pelo Diretor-Presidente da Instituição, dentro do prazo regimental e conforme calendário previamente estabelecido para as reuniões do COFIS em 2026.

PRESENCAS: **Jefferson de Oliveira Carlos**, Titular, Representante do Poder Executivo, **Jean Duarte Machado**, Titular, Representante do Poder Legislativo, **Guilherme Barbosa Fernandes**, Titular, Representante do Poder Judiciário, **Roberta Pereira dos Santos**, Titular, Representante da Defensoria Pública, **João Afonso da Silva Araújo**, Titular, Representante do Tribunal de Contas, **Afrânio Correa Lima Junior**, Titular, Representante do Ministério Público, **Tc. Alisson da Silva Henriques**, Titular, Representante da Polícia Militar, **Fredson Bernardo da Silva**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Executivo, indicado pelo SINPOL, **Jaspe Corrêa Filho**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM, **Keytiane Mendes Souza Moreira**, Suplente, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Judiciário, indicada pelo SINTJAM, **Bruno Cordeiro Lorenzi**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Ministério Público, indicado pelo SINDSEMP, **Luiz Carlos Vieira Mariano**, Titular, Representante

dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Tribunal de Contas, indicado pelo SINDICONTAS, o Diretor-Presidente da AMAZONPREV, o senhor **Francisco Evilázio Pereira**, além dos técnicos da alta administração da Fundação, a Diretora de Administração da AMAZONPREV, a Senhora **Robervane Moraes de Mello Campton**, o Diretor de Previdência, o Senhor **Alan Cardec**, o Senhor **Bruno Damasceno**, Membro do COMIV, a Senhora **Keydma Maria Ferreira Ponce de Leão**, Gerente de Controle Interno, o Senhor **Rosedilson de Assis Júnior**, Gerente de Gabinete, a senhora **Giza Nazaré**, Gerente de Gabinete, a senhora **Dayana Esperança dos Santos**, assessora de gabinete, a senhora **Rilma Costa**, do Sistema de Gestão da Qualidade e a senhora **Flaviana Galúcio**, Contadora. QUÓRUM: O Presidente do COFIS constatou haver quórum suficiente para realizar a reunião, garantindo que as decisões possam ser tomadas por maioria simples dos presentes, nos termos do Artigo 77-A caput e §5º, da LC nº 30/2001. AUSÊNCIAS. Não foram verificadas ausências. **ORDEM DO DIA:** Os assuntos pautados para a reunião, após os informes foram: **1. Processo nº. 2026.A.02814 – Avaliação Atuarial. (Com participação do Atuário Luiz Cláudio Kogut); 2. Processo nº. 2026.A.03712 – Relatório de Investimento de março de 2026; 3. Balancete de março de 2026; 4. Processo nº. 2026.A.03391 – Relatório de Governança de março de 2026.** Após as saudações iniciais, o Conselheiro Presidente do COFIS, senhor Fredson Bernardo da Silva, conduziu a reunião. Ato seguinte passou a palavra ao secretário do COFIS para que fosse feita a leitura da Ata da reunião anterior, o que foi feito, e não havendo observações, a Ata da Reunião Ordinária 265ª foi aprovada pelos conselheiros do COFIS. O Diretor-Presidente da AMAZONPREV, o Dr. Evilázio, passou a palavra ao Dr. Alan Cardec, o qual informou que está sendo providenciado o treinamento para os novos conselheiros que deverão realizar a prova de certificação. Ainda, informa que, a pedido do GT do TJAM, as reuniões do COFIS estão sendo gravadas. Iniciada a reunião, em ato contínuo, o presidente do COFIS facultou a palavra aos presentes para as considerações

sobre os itens da pauta, discutidos, pela ordem cronológica, tendo recebido as seguintes deliberações: **1. Processo nº. 2026.A.02814 - Avaliação Atuarial. (Com participação do Atuário Luiz Cláudio Kogut). APROVAR**, por unanimidade dos votos, a Avaliação Atuarial.

B) REGISTRAR as explanações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: O Dr. Luiz Kogut realizou a sua apresentação, com destaques aos seguintes pontos: Destacou que é a 19ª avaliação atuarial realizada para a AMAZONPREV. Esta apresentação se refere ao ano de 2025, data-base 31/12/2025. Destacou que as taxas de mortalidade são oriundas das tábuas do IBGE, onde se percebeu uma queda da expectativa de vida em 2021 devido à pandemia, mas que esta taxa já vem aumentando novamente. Explicou o conceito de Duração do Passivo e esclareceu que a Taxa de Juros Parâmetro de 5,72% ao ano foi estabelecida pela Portaria 2.010/2025, sendo bem significativa para os resultados. Informou que 89,8% dos segurados são ativos, e 10,2% são beneficiários. Apresentou curva das despesas com Benefícios - FPREV, com pico no ano de 2051, estando o plano em processo de capitalização, até que se encontre o equilíbrio financeiro. Após a apresentação do panorama atuarial geral, informou que está bem satisfeito com os resultados e devolveu a palavra ao Presidente Bernardo. O Conselheiro Guilherme questionou acerca das premissas, em relação às hipóteses dos itens 5.2 e 5.3, as quais não se aproximam da realidade do praticado no serviço público. Continuando na parte das hipóteses, citou o item 5.7, e afirmou que gostaria de entender melhor como se chegou a estes valores das compensações do COMPREV. Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca da taxa de inflação considerada nos cálculos. O Dr. Kogut esclareceu acerca da hipótese de reposição de servidores. Em 2015 a Secretaria de Previdência emitiu resolução, onde vedou a utilização da reposição dos servidores para a apuração do resultado atuarial. A regulamentação dessa hipótese saiu no final de 2024 e ela exige uma série de estudos que são anteriores à realização da avaliação atuarial. Para justificar a adoção dessa hipótese, a gente teria

que fazer um levantamento muito detalhado junto aos poderes. É o que consta na portaria que regulamentou a hipótese, quais os concursos que estão previstos, por exemplo, quais os cargos com vagas disponíveis. Se fosse feita a adoção da hipótese de reposição, a gente estaria colocando um resultado maior, ainda melhor. Por prudência, a gente ainda não teve tempo de discutir a reutilização dessa hipótese junto à diretoria e acabamos não utilizando. Mas não fez falta para o resultado que está sendo apresentado, o qual acaba sendo um pouco mais conservador. Em relação ao crescimento salarial, a gente faz um acompanhamento disso, e percebe-se que a remuneração dos servidores cresce significativamente ao longo dos anos, embora existam estas distinções entre poderes. Dos inativos é diferente, um pouco menor porque eles não têm os avanços. A questão da compensação também é uma estimativa que a gente tem que fazer todos os anos. E para fazer um estudo bem alinhado precisaríamos de uma base de dados muito consistente, com o histórico funcional de todos os servidores, incluindo o histórico anterior à admissão do estado. A compensação é o tempo que a pessoa trouxe de outros regimes. Para ser usado aqui na concessão do benefício da AMAZONPREV, a norma diz que é necessário este histórico, se não tiver, deve-se calcular uma compensação de até cinco por cento. Historicamente a gente sabe que a compensação é complicada, um processo que depende da boa vontade dos outros regimes em fazer o pagamento, principalmente do regime geral do INSS. Mas o que a gente utiliza é um parâmetro geral correspondente a cinco por cento do custo total do plano. E em relação à inflação, a inflação utilizada é a inflação no que a gente chama de fator de capacidade, que é a capacidade de compra. O Conselheiro Guilherme agradeceu os esclarecimentos e sugeriu que, nos próximos estudos, estas informações possam ser adicionadas ao relatório de avaliação atuarial. O Conselheiro Jaspe questionou acerca da eventual queda da taxa de juros, que poderá reduzir o superávit, pergunta se mesmo assim, teremos um bom superávit. O Dr. Kogut responde que

sim, que mesmo assim teremos um superávit “extraordinário”. A AMAZONPREV é exemplo de uma previdência que deu certo. Afirmou que todos devemos ter orgulho do regime próprio do Amazonas. O Conselheiro Jaspe pergunta sobre o prazo de cobertura do déficit do FFIN, que deverá durar aproximadamente 30 anos. O Dr. Kogut destaca que se trata do ônus de se fazer o pagamento do déficit do fundo financeiro. É um processo que vai levar décadas ainda. Mas o fundo financeiro não aumenta, em hipótese alguma, ele só diminui ao passar dos anos. Já observamos, em um curto prazo, que começaremos a ter um declínio dessa despesa. Considerando que os poderes já vêm arcando com essa despesa há muito tempo então a tendência é que a gente vai começar a ver o benefício do modelo de segregação de massas nos próximos anos. O Conselheiro Jean questiona se a boa saúde financeira da AMAZONPREV se dá porque a insuficiência do FFIN é suportada pelos Poderes, se isto é um dos fatores. O Dr. Kogut responde que na verdade se deve ao critério de segregação. Ele foi muito bem escolhido, quando foi segregada a massa justamente na data da emenda 41, a data que segrega. Outro fator responsável pelo equilíbrio diz respeito à separação dos militares. A categoria dos militares, pelas suas características específicas, também tinha um peso no resultado. Essas mudanças que foram feitas ao longo do tempo favorecem muito o resultado do FPREV. O Conselheiro Jean pergunta sobre a segregação de massa, se não tivesse ocorrido, se esta saúde financeira seria a mesma hoje. O Dr. Kogut responde que basta comparar com outros estados que não fizeram a segregação. Como São Paulo, por exemplo, e o estado de Santa Catarina, que fez segregação agora em 2025. O estado de Pernambuco fez em 2023, até então, eram regimes muito desequilibrados. Então se vocês não tivessem feito a segregação de massas lá em 2002 depois corrigido em 2005, com certeza não teriam essa realidade que vocês têm hoje, com esse patrimônio todo e com esse equilíbrio financeiro e atuarial. Digamos que estamos vinte anos na frente do que Santa Catarina, do que Pernambuco. Então o que vocês têm

hoje está nitidamente relacionado à decisão que foi tomada há vinte anos, de fazer a segregação. Se não tivesse sido feito, vocês estariam naquela situação que não teria patrimônio e equilíbrio, não teria essa organização financeira que vocês têm. O Conselheiro Jean agradece e parabeniza a equipe técnica da AMAZONPREV, que conduziu esse ajuste e hoje a gente goza dessa boa saúde financeira do Fundo. O Conselheiro Afrânio pergunta qual a sugestão para a redução do déficit dos fundos dos militares. O Dr. Kogut explica que o fundo dos militares, pela sua natureza, e devido à legislação, ele não tem muito espaço para mudanças. Qualquer medida adicional que seja feita, vai custar mais caro do que está custando agora. Uma ideia seria uma pretensão de aumentar a contribuição dos militares para 14%, mas isso é uma questão mais política do que qualquer outra coisa. O custo desse plano é diferenciado por causa das diferenças que existem, já que todo mundo tem direito à última remuneração, ao último soldo. O Conselheiro Afrânio agradece e pergunta se existe algum repositório onde a gente possa consultar a situação não só da AMAZONPREV, mas de outros fundos para fazermos a comparação. O Dr. Kogut respondeu que existe no sistema do Cadprev, onde é possível consultar as avaliações atuariais de todos os entes que têm regime próprio no Brasil. Vocês vão descobrir que a AMAZONPREV tem o segundo maior patrimônio entre os regimes próprios do Brasil, só perde para o Paraná. E pela velocidade com que vocês estão capitalizando e com que a Paraná Previdência está capitalizando, acredita que, em três a quatro anos, a AMAZONPREV já seja o primeiro do Brasil em patrimônio. O Conselheiro Afrânio agradeceu a gentileza e as explicações. De igual modo, o Presidente Bernardo agradeceu ao Dr. Kogut, destacando que é sempre uma honra ter a sua presença em nossas reuniões. O Dr. Kogut agradeceu, se colocando à disposição e afirmando que é uma honra para ele trabalhar para a AMAZONPREV, em vista de tudo que construímos juntos. Disse ter certeza de quem tem muito orgulho de ter sido nosso atuário todos esses anos e gostaria de continuar

por muitos anos ainda. **2. Processo nº. 2026.A.03712 - Relatório de Investimento de março de 2026.** **A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o Relatório de Investimentos de março de 2026, ressalvadas todas as observações feitas no âmbito deste COFIS, a partir de sua 247^a reunião ordinária, acerca dos investimentos em letras financeiras nos Bancos Master e C6. **B) REGISTRAR** as explanações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: O Sr. Bruno Damasceno, membro do COMIV, destaca que em março, os fundos de exterior e de ações apresentaram rentabilidade negativa, devido à guerra entre EUA e Irã, que provocou a crise no petróleo, elevando a inflação e preocupando os Bancos Centrais. Diante deste cenário, os ativos de risco sofreram este impacto em março. No Brasil, o rendimento negativo da bolsa foi a retirada de recursos estrangeiros para ativos mais seguros, até mesmo com parte sendo direcionada para os próprios títulos públicos brasileiros. Diante da perspectiva de aumento do barril de petróleo e da inflação, houve um choque em nossa inflação interna, com inflação prevista subindo para acima dos 4,7%. As taxas de juros esperadas para o final de ano não devem sofrer os cortes esperados, o que impacta diretamente os fundos de ações. Assim, o COMIV já está revendo posições, aproveitando que os títulos públicos estão com taxas muito boas e batendo a meta. Esta discussão já ocorre no COMIV. Espera-se que a partir de abril os níveis inflacionários voltem ao esperado, o que proporcionará o alcance da meta, sendo necessário um acordo no conflito entre EUA e Irã. O Conselheiro Jaspe cita a pág. 18 do relatório de gestão, com pontos de negatividade, como o explicado pelo Sr. Bruno, e questiona quais as ações discutidas pelo COMIV para fazer frente ao não alcance da meta. Questiona ainda sobre a divergência entre o relatório de investimentos e o valor do relatório de governança, pág. 16, o quadro total de recursos, quando comparado ao quadro 49, pág. 33 do relatório de investimentos. O Sr. Bruno informa que essa divergência do total de recursos entre os dois relatórios se dá em função das datas de fechamento dos relatórios, e que

será verificado e ajustado. O Conselheiro Jean questiona se existe alguma política de resgate neste sentido, haja vista que o cenário não aponta para sinais de recuperação e resolução do conflito no oriente médio. O Sr. Bruno informa que o COMIV acompanha este cenário e discute estratégias e ações para fazer frente aos desdobramentos, com os ajustes necessários na carteira. O Conselheiro Guilherme questiona sobre as chamadas de capital atendidas em FIPS, se é possível atender estas chamadas com o nível atual do PROGESTÃO. O Sr. Bruno informa que, como a assinatura do contrato foi realizada antes da vigência da nova resolução e da perda do PROGESTÃO, foi necessário justificar, pois o acordo foi antes da resolução. O Conselheiro Guilherme sugere prudência por parte do COMIV para estas ações e suas justificativas. Na pág. Seguinte, item 2.5 cita que existem dois Fips que finalizaram seus períodos de investimentos e uma nota dizendo que se aguarda o início dos desinvestimentos, e assim pergunta sobre o funcionamento do processo de desinvestimento e quanto tempo se espera para receber os recursos. O Sr. Bruno informa que geralmente são 5 anos para chamada de capital e 5 anos para desinvestimento. O Conselheiro Guilherme solicita a retificação da nota para que o processo seja explicado e a previsão de recebimento fique clara. O Conselheiro Guilherme cita o quadro que discrimina por gestores de recursos, na linha da Guepardo que apresenta valor distinto do verificado na pág. 26, solicitando que esta diferença necessita ser justificada. O Sr. Bruno explica que o primeiro quadro se refere apenas ao Executivo, enquanto o outro quadro abrange os demais poderes. O Conselheiro Guilherme solicita que seja verificado posteriormente esta diferença e cita a pág. 8, sugerindo que já havia conversado sobre o tema com o Conselheiro Bruno Lorenzi. Trata-se do quadro com a locação de imóveis, onde, nos três primeiros meses desse ano nenhum recebimento de nenhum dos dois imóveis (SEAS e UEA) foi registrado. Historicamente a gente trata esse problema como se fosse um problema da administração, um problema contratual. Mas

sugere que seja tratado como investimentos, de recursos previdenciários, como de fato são. São investimentos que não estão gerando retorno. Então, nesse sentido, apresentou requerimento para que a AMAZONPREV apresente um histórico de, pelo menos, cinco anos, dos valores empenhados nesses imóveis, tanto a parte como a suposta valorização do imóvel, uma valorização de mercado do imóvel, bem como da parte dos aluguéis. E dessa forma como uma decisão de investimento comparar para saber se esses imóveis estão atendendo ou não a meta atuarial nos últimos cinco, de forma que seja tratado em paralelo com o problema contratual que já existe. O Sr. Bruno informa que esta informação será elaborada. O Conselheiro Jaspe concorda com a observação do Conselheiro Guilherme e cita a pág. 6, sobre as consultas que foram realizadas ao TCE, MINPREV e STN, e questiona como está o andamento das respostas. O Presidente Bernardo cita o item 2.7, pág. 6, e solicita correção do número do quadro, bem como no item 2.8. O Sr. Bruno informa que fará a correção. O Sr. Bruno informa que em relação às consultas, foram enviadas ao TCE e ao MINPREV, e ainda está pendente a consulta à STN, que será realizada hoje. O Conselheiro Guilherme cita a pág. 30 e reitera solicitação acerca da inserção de uma seção de desenquadramento, conforme acordado na reunião anterior. O Sr. Bruno informa que será ajustado. O Conselheiro João Afonso cita a pág. 35 e o parecer do COMIV, quando solicita ajuste no texto, que se refere à pág. 22, de forma equivocada, estando o texto citando, provavelmente, a pág. 20. O mesmo ocorre no quinto parágrafo nessa mesma página, que está citando a pág. 21, mas nela não se encontra esta informação. Esse quadro resumido só aparece na pág. 22, ou seja, é necessário ajustar. O Sr. Bruno informa que será realizado o ajuste. O Conselheiro João sugere, ainda, que a ata de reunião do COMIV seja encaminhada anexa ao relatório de investimentos. O Conselheiro Guilherme solicita o registro no sentido de que a seção do COMIV no site da AMAZONPREV necessita de atualização, sendo salutar o envio das atas ao COFIS, já que as mesmas não

podem ser acessadas, oportunamente, no portal da AMAZONPREV. O Sr Bruno informa que realizará a atualização. **3. Balancete de março de 2026. A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o balancete de março de 2026. **B) REGISTRAR** as explanações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: Jaspe informa que as informações contábeis puderam ser conciliadas com relatório de governança. **4. Processo nº. 2026.A.03391 – Relatório de Governança de março de 2026. A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o Relatório de Governança de março de 2026, com as devidas observações, excluindo-se a análise das informações contratuais (itens 7.2, 7.2.1 E 7.2.2), que serão discutidos em reunião extraordinária. **B) REGISTRAR** as explanações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: A Sra. Rilma destaca que algumas solicitações de reuniões anteriores já foram atendidas, como a lista das siglas, ajustes em gráficos, lista de anexos, dentre outras medidas. O Presidente Bernardo agradece a participação da Dra. Rilma e a melhoria realizada no relatório. O Conselheiro Jean cita a pág. 13, Tabela 2, total geral de segurados, e sugere a separação de segurados por massa, se possível. A Sra. Rilma informa que é possível e realizará o ajuste. O Conselheiro Jean cita a pág. 15, Tabela 3, estoque a receber em negrito e em vermelho, se é fixo em relação a janeiro, fevereiro e março. A Dra. Rilma informa que sim, esse estoque fica fixo aqui porque aquele valor que “a gente já incluiu e que a gente não tem a disponibilidade ainda para receber”, que ele não vai variar a não ser que entre mais requerimentos e que a gente solicite que nesse requerimento tenha tempo de estoque. O Conselheiro Jaspe cita as tabelas 3 e 4, caso ocorra a redução desse valor, existe esse passivo ainda a ser trabalhado no Comprev quanto à continuidade desses estoques e questiona se é isso mesmo. A Dra. Rima responde positivamente. O estoque ainda é trabalhado. O Conselheiro Guilherme pergunta se os relatórios obtidos diretamente do COMPREV são de difícil entendimento, o que explicaria a elaboração de outras tabelas pela AMAZONPREV. A Dra.

Rilma informa que não haveria problema em utilizar estas tabelas diretamente, mas elas são extremamente técnicas, por isso são elaboradas tabelas mais simples. Mas que disponibilizará os relatórios do sistema para que o COFIS julgue qual a forma mais adequada. O Conselheiro Guilherme parabeniza a Dra. Rilma pelo trabalho na melhoria do relatório. Ressalta que, de todos os relatórios que o mesmo já leu desde que chegou ao COFIS, esse, sem dúvidas, foi o melhor e acredita que ainda melhorará mais. A Dra. Rilma informa que colocará, já no relatório de abril, os relatórios do sistema, junto com a planilha que já vinha sendo encaminhada, para análise da melhor forma pelo COFIS. O Conselheiro Jefferson solicita a correção do valor total da pág. 19, tabela 10, a Contadora Flaviana informa que houve um equívoco por parte do atuário, mas que já foi informado ao mesmo e aguarda-se esse retorno. A partir de abril, as provisões matemáticas serão contabilizadas mensalmente. O Conselheiro Guilherme cita a pág. 24 do pdf, segundo parágrafo, sendo a base de cálculo referente ao primeiro trimestre, sendo necessário ajuste do texto. A Contadora Flaviana informa que corrigirá o texto. O Conselheiro Jean cita a pág. 27, tabela 14, item 2, e informa que não conseguiu visualizar quais foram as fontes para suportar esses créditos adicionais. A Contadora Flaviana informa que enviará o relatório onde constam as fontes. O Conselheiro Jean sugere que as informações sobre as fontes sejam adicionadas no corpo dos próximos relatórios. A Contadora Flaviana esclarece que, em função do tempo que possui para a elaboração do relatório, o ideal é que estas informações sejam enviadas em anexo. O Conselheiro Jean ressalta que a preocupação decorre dos usuários do relatório que não possuem condições técnicas para a sua plena compreensão, daí a sugestão da inserção de uma nota de esclarecimento, haja vista que o demonstrativo é disponibilizado na página do portal da transparência e se comprometeu a ajustar com a Contadora Flaviana a melhor forma de ajustar estas informações. O Conselheiro Jaspe solicitou correção na pág. 31 do rodapé, no

saldo de dotação orçamentária disponível, um erro de grafia. Destacou que realizou a análise do balancete e que esses valores estão contemplados lá. Então os quadros né evidenciados estão também evidenciados naquela análise, refletindo os valores do balancete. Entende que ao aprovarmos o relatório de governança, estaremos praticamente esgotando o assunto do balancete. O demonstrativo demonstra o equilíbrio, batendo com o que foi explanado pelo atuário. O Conselheiro Jean cita a pág. 41, tabela 20, ajustes de perdas de investimento e aplicação temporária, que é uma conta redutora do ativo, no que se refere aos cinquenta e nove milhões do Banco Master e questiona se já existe o controle da arrecadação à título de pagamentos dos consignados dos servidores, o que já havia sido questionado na reunião anterior. O Dr. Alan Cardec informa que se aguarda a informação acerca das folhas dos ativos, dos inativos será postado no grupo do *WhatsApp*. O Conselheiro Jean cita a pág. 49, tabela 23, e questiona os motivos que impossibilitam a ALEAM de realizar os procedimentos de compras de vidas. O Dr. Alan Cardec informa que o fundo da ALEAM ainda não possui superávit para a compra de vidas. O Conselheiro Guilherme cita a tabela 22, pág. 47, na parte dentro do TJAM, constatou que o valor da contribuição dos ativos se repete na página seguinte. O Dr. Alan Cardec informa que será revisado e ajustado. O Conselheiro Jaspe cita a tabela 20, pág. 41, onde tem aqui uma nota explicando que houve um decréscimo especialmente na renda fixa, questiona se houve esse decréscimo mesmo ou houve também a mudança de aplicação para o ativo circulante ou de algum resgate para a aplicação no ativo circulante em renda fixa, por exemplo. A Contadora Flaviana informa que houve baixa de aplicação do longo para o curto prazo, dos títulos que irão vencer logo no começo do exercício de 2027. Baixamos para o curto prazo e houve esse resgate. O Conselheiro Jaspe ressalta o acréscimo substancial nos precatórios, tabela 26, pág. 51, pergunta se eles são derivados de questionamentos e revisões ou foram revisões de benefícios, ou

alguma questão judicial. A Dra. Rilma informa que a maioria foi de cunho judicial e que encaminhou o anexo para o COFIS. Informa que trará esta informação nos próximos relatórios, sobretudo quando ocorrer algo fora da curva. A Contadora Flaviana ressalta que conseguiu fechar a tabela dos aluguéis agora em abril, ficando apenas as competências que realmente estão faltando serem pagas. Montamos uma planilha para enviar para os conselheiros só as parcelas que estão realmente em débitos. O Conselheiro Jefferson cita a pág. 54 (do pdf), em relação ao Quadro 01 Contratos, informa que não localizou no site da AMAZONPREV o contrato com a AADESAM e solicitou providências para essa disponibilização no site, inclusive para subsidiar a reunião extraordinária sobre contratos. A Dra. Rilma informa que será disponibilizado. O Conselheiro Jaspe cita a pág. 53, contrato 022/2022, e pergunta se está correta a numeração, pois no relatório anterior se referia a outra entidade. No contrato 05/2023, verificou que houve alteração de valor, sem referência a ocorrência de aditivo. A Dra. Rilma informa que será verificado. O Conselheiro Jaspe pergunta como estão os trabalhos da auditoria externa. A Dra. Rilma informa que a auditoria realizada foi superficial, mas que os problemas mais críticos estão sendo resolvidos internamente. O Conselheiro Jean questiona acerca do agendamento da reunião extraordinária para a análise dos contratos, sugerindo a inserção dos contratos com SEAS e UEA para debate nesta reunião. A Dra. Rilma informa que algumas auditorias ainda estão sendo realizadas. O Presidente Bernardo sugere que a reunião seja remarcada para uma data em que os materiais das auditorias já estejam disponíveis. O Conselheiro Guilherme ressalta que o COFIS não se manifestaria sobre os contratos no presente relatório, considerando tudo o que já foi discutido, até mesmo com a necessidade de agendamento da reunião extraordinária, e sugere o estabelecimento de uma data para que a AMAZONPREV possa enviar os documentos solicitados. O Presidente Bernardo agendou a reunião para o dia 28/05/2026.

O Conselheiro Bruno Lorenzi solicita que, até esta data, sejam enviadas as informações solicitadas pelo Conselheiro Guilherme no que diz respeito à análise do atingimento das metas pelos investimentos com os imóveis da SEAS e da UEA, conforme o Dr. Bruno Damasceno se comprometeu a elaborar. A Conselheira Roberta Pereira sugere que o COFIS elabore uma lista com os documentos a serem solicitados à AMAZONPREV, de forma que a Fundação dê a devolutiva em tempo hábil para a realização da reunião, sugestão com que todos concordam. **OUTROS ASSUNTOS:** Nada a registrar. **ENCERRAMENTO:** O presidente do COFIS, Dr. Fredson Bernardo da Silva, em conjunto com a Administração Superior do órgão, agradeceu o empenho e trabalho dos técnicos e dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do COFIS, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião, às 13:30, da qual eu, Bruno Cordeiro Lorenzi, Secretário, participei e redigi a presente Ata, que assino com os Conselheiros abaixo nominados.

Fredson Bernardo da Silva

Presidente do Conselho, Titular, Representante do Poder Executivo, indicado pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Amazonas-SINPOL

Jaspe Corrêa Filho

Vice-Presidente, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM

Bruno Cordeiro Lorenzi

Secretário, Titular, Representante do Ministério Público, indicado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas-SINDSEMP/AM

**ATA DA 266^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO
AMAZONAS REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2026**

Jefferson de Oliveira Carlos

Titular, Representante do Poder Executivo

Jean Duarte Machado

Titular, Representante do Poder Legislativo

Afrânio Correa Lima Junior

Titular, Representante do Ministério Público

Guilherme Barbosa Fernandes

Titular, Representante do Poder Judiciário

João Afonso da Silva Araújo

Titular, Representante do Tribunal de Contas

**ATA DA 266^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO
AMAZONAS REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2026**

Roberta Pereira dos Santos

Titular, Representante da Defensoria Pública

TC. ALISSON DA SILVA HENRIQUES

Titular, Representante da Polícia Militar do Amazonas

Keytiane Mendes Souza Moreira

Suplente, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e
dos Pensionistas do Poder Judiciário, indicada pelo SINTJAM

Luiz Carlos Vieira Mariano

Titular, Representante do Tribunal de Contas, indicado pelo
Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do
Amazonas-SINDICONTAS